



EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA FERRAMENTA DE PROTEÇÃO CONTRA O ABUSO

Eixo Temático 06 - CORPO, GÊNERO E EDUCAÇÃO / AXIS 06 - BODY, GENDER, AND EDUCATION (ONLINE)

Ana Laura Artuso ¹
Alanna Alonso Flores ²
Beatriz pinheiro de Paula ³
Giovanna Liz Oliveira Mantovani ⁴

RESUMO

O atual trabalho aborda a importância da Educação Sexual nas escolas como uma ferramenta essencial para a prevenção do abuso sexual infantil. A pesquisa fundamenta-se em um referencial teórico que considera a sexualidade como um aspecto não apenas biológico, mas psicológico e, principalmente, social. Com base em referencial teórico que entende a sexualidade como aspecto biológico, psicológico e social, defende-se uma abordagem que inclua consentimento, limites corporais e identidade. A metodologia utilizada foi qualitativa, com uma revisão de literatura que mapeou artigos sobre Educação Sexual e sua relação com a prevenção do abuso infantil. O estudo destaca a necessidade de formação docente e de programas escolares que promovam um espaço seguro e informativo.

Palavras-chave: Educação Sexual, Abuso infantil, Prevenção, Formação de professores, Direitos da criança.

INTRODUÇÃO

A Educação Sexual é uma questão social, estrutural e socioeconômica, e possui um papel fundamental no desenvolvimento da sexualidade, além de atuar como um instrumento

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal - MS, ana.artuso@ufms.br;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal - MS, alanna.flores@ufms.br;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual - MS, beatriz.p@ufms.br;

⁴ Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, psi.giovannaliz@gmail.com;



preventivo e de caráter emancipatório (Nunes, 1997). A sexualidade é um aspecto intrínseco a todo indivíduo e presente em todas as áreas da vida, conforme afirma a Organização Mundial de Saúde (2001, p.8). Logo, a Educação Sexual contempla aspectos psicológicos para além de aspectos biológicos, tratando de afetividades, consentimento, expressão sexual, identidade e diversos outros tópicos.

A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização. Assim, as atitudes, valores, comportamentos e manifestações ligados à sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o nascimento constituem os elementos básicos do processo que denominamos educação sexual (Maia; Ribeiro, 2011, p. 75).

O início da Educação Sexual foi marcado pelo seu caráter biológico, uma vez que o tema sexualidade começa a ser discutido a fim de tratar dos “problemas” nessa área, como a gravidez na adolescência e os casos de infecção pelo vírus da AIDS, abordados principalmente em aulas de ciências. No Brasil, vemos a influência das concepções médico-higienistas do século XIX sobre a discussão do tema, com foco no combate à masturbação e a infecções sexualmente transmissíveis, além de aspectos do patriarcado no foco do preparo da mulher para ser mãe e esposa (Costa, 1991; Ribeiro, 2013).

A Educação Sexual caracteriza-se por seu caráter informativo ímpar sobre aspectos relacionados à sexualidade de crianças e adolescentes. Este trabalho, com ênfase no contexto escolar, investiga seu papel como ferramenta de prevenção ao abuso sexual infantil, reconhecendo a pertinência entre esses dois campos. A escolha deste recorte justifica-se pelo papel social da escola na formação plena dos sujeitos, sendo um dos primeiros espaços de socialização fora do ambiente familiar. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, com foco em estudos que evidenciam a importância da Educação Sexual crítica, emancipatória e contextualizada.

Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais e pedagógicos, a implementação da Educação Sexual ainda encontra resistência baseada em desinformações e estigmas sociais. Muitos pais e membros da comunidade associam equivocadamente esse ensino à perda da inocência infantil, o que compromete o seu potencial preventivo. Conclui-se que, ao se consolidar como um espaço de escuta, acolhimento e conscientização, a escola pode



contribuir diretamente para o combate ao abuso sexual infantil, promovendo não só a segurança das crianças, mas também o exercício pleno de sua cidadania.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e trata-se de uma revisão bibliográfica. Para realizar a varredura, verificamos o que tem sido produzido sobre a Educação Sexual como forma de prevenção do abuso infantil, exercendo um levantamento acerca das pesquisas realizadas sobre esse tema. Para o mapeamento de artigos, acessamos o periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando os descritores: Educação Sexual e prevenção de abuso; Educação Sexual e abuso infantil. Filtramos os artigos revisados por pares e obtivemos 27 resultados com os descritores "Educação Sexual" e "prevenção de abuso" e 44 resultados com os descritores "Educação Sexual" e "abuso sexual infantil". Dentre tais resultados, separamos 4 artigos a fim de delimitar e compreender possibilidades para a Educação Sexual como uma medida preventiva possível e necessária na Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do material analisado, entende-se que a manifestação da sexualidade pelas crianças é inata e se expressa principalmente por meio da curiosidade sobre o próprio corpo. A educação sexual, nesse contexto, torna-se uma ferramenta essencial na prevenção de problemas urgentes, como o abuso sexual infantil. "É necessário que a criança diga sim às brincadeiras sexuais infantis; a fim de que, saciada em suas buscas de conhecimento, descobertas e curiosidades, possa dizer não ao abusador adulto." (Gusmão; Schiavo; Jurberg, 2003, p.47).

É fundamental que os adultos compreendam a naturalidade da sexualidade infantil e saibam lidar com a curiosidade das crianças de maneira respeitosa e acolhedora. Reprimir ou repreender as manifestações naturais da sexualidade pode ter efeitos negativos duradouros. "A proibição das brincadeiras sexuais não evita que elas ocorram, mas as torna clandestinas,



levando crianças a se apalparem no escuro, com sentimento de culpa” (Money; Tucker, 1981, p.121).

Como apontam autores como Vieira (2018) e Fonseca (2021), a educação sexual na infância não diz respeito à sexualização precoce, mas sim à formação de noções básicas de respeito, cuidado e proteção. Quando a criança é orientada sobre os limites do próprio corpo, ela tende a desenvolver maior senso crítico diante de situações abusivas. Isso não apenas favorece a denúncia, como também reduz a vulnerabilidade a manipulações.

O abuso sexual infantil deve ser compreendido dentro de um espectro mais amplo de violências que afetam a infância. Reconhecer essas diversas formas permite identificar situações de risco com mais precisão e fortalecer as estratégias de prevenção. Entre elas estão: violência física, que envolve o uso de força ou objetos que causam ferimentos; violência psicológica, caracterizada por ameaças e constrangimentos que prejudicam a autoestima; negligência, marcada pela omissão de cuidados e responsabilidades por parte de adultos; e, por fim, a violência sexual, foco central deste trabalho (Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

A violência sexual define-se como o envolvimento da criança e adolescente, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais são incapazes de dar consentimento, ou que violam as regras sociais e os papéis familiares (Ferreira; Azambuja, 2011, p. 17 *apud* Mendes; Moura; Aragão, 2020).

Além disso, a violência sexual pode ser categorizada em três formas principais: abuso sexual, exploração sexual e pedofilia, ocorrendo tanto em contextos intra quanto extrafamiliares. O abuso sexual refere-se a situações em que um adulto utiliza a criança para sua própria satisfação sexual, por meio de coerção, ameaças ou oferecimento de presentes. A exploração sexual, por sua vez, envolve a utilização da criança como objeto de lucro, transformando-a em mercadoria para fins sexuais. Já a pedofilia é compreendida como um transtorno psíquico caracterizado por uma atração sexual persistente, compulsiva e obsessiva por crianças e adolescentes, o que pode culminar na prática de abuso (Ferreira; Azambuja, 2011, p. 17 *apud* Mendes; Moura; Aragão, 2020).

Segundo Arcari (2013 *apud* Mendes; Moura; Aragão, 2020), uma em cada cinco crianças é vítima de abuso sexual, enquanto apenas um em cada dez casos é efetivamente denunciado. Desses, cerca de 87% ocorrem no ambiente familiar ou envolvem pessoas



próximas à família. Esses dados reforçam a necessidade da formação adequada de professores sobre o tema, considerando que a escola é um dos principais espaços de convivência infantil. Crianças que vivenciam situações abusivas, muitas vezes, manifestam mudanças comportamentais — como agressividade ou retraimento — que podem ser percebidas pelos educadores.

Nesse sentido, é essencial que os professores compreendam as etapas do desenvolvimento infantil para que possam atuar tanto na detecção de sinais quanto na implementação de estratégias preventivas. Entre os conteúdos que devem compor esse processo educativo estão: a nomeação adequada de todas as partes do corpo; a identificação de adultos autorizados a auxiliar na higiene; a diferenciação entre toques apropriados e abusivos; o direito de dizer “não”; como buscar ajuda em situações desconfortáveis; noções sobre o próprio corpo; a origem dos bebês; e as diferenças entre o corpo infantil e o adulto (Arcari, 2015 *apud* Mendes; Moura; Aragão, 2020).

A inserção da Educação Sexual no contexto escolar é, portanto, uma medida fundamental para a prevenção do abuso e da exploração sexual infantil. Ao promover o conhecimento sobre o próprio corpo e os limites do toque, a criança desenvolve autoestima e maior senso de segurança, elementos essenciais para sua proteção. Um exemplo prático dessa abordagem é o uso do material paradidático “Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância”, de Caroline Arcari, publicado em 2013. A obra, de caráter lúdico, introduz os conceitos de “Toque do Sim” e “Toque do Não”, promovendo o respeito aos limites corporais e facilitando a internalização desses conceitos no cotidiano escolar (Mendes; Moura; Aragão, 2020). Willims (1999, p. 46 *apud* Silva, 2018) afirma que a prevenção primária envolve justamente aplicar programas educativos antes que o abuso aconteça.

Assim, as campanhas preventivas na comunidade escolar contribuem para a compreensão de que existem muitas formas de violência que estão presentes em todos os lugares, nas brincadeiras e até mesmo no carinho, por parte do abusador que são utilizados de formas simbólicas, com intencionalidades para praticar tal ato com a criança. Logo, a escola contribui na identificação de possíveis situações de abuso, que podem colaborar com as dificuldades de aprendizagem, leitura e escrita dos alunos, bem como de socialização e interação (Silva, 2018).

Uma das estratégias adotadas pelo governo para enfrentar o abuso infantil foi a



criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que garante por lei a proteção integral dos menores. Em casos de suspeita ou confirmação de abuso, o ECA orienta os sistemas educacional e de saúde a identificar, notificar e proteger a vítima e sua família. Nesse contexto, destaca-se a Atenção Primária à Saúde (APS), porta de entrada da rede pública, que oferece cuidados essenciais e acolhe crianças em situação de violência. Dentro da APS, as Unidades de Saúde da Família (USF), por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), atuam com equipes multiprofissionais próximas à realidade dos casos de abuso, sendo fundamentais no enfrentamento da violência sexual infantil (Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

Apesar dos avanços legais, ainda há despreparo dos profissionais de saúde para lidar com o tema, que continua sendo um tabu. A relutância em abordar o assunto — muitas vezes por envolver questões pessoais dos próprios profissionais — compromete a eficácia das redes de apoio e acolhimento às vítimas. Dessa forma, a educação sexual enquanto ferramenta de prevenção exige um esforço coletivo e político. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de criar um ambiente afetivo, acolhedor e seguro, onde a criança possa ser ouvida, respeitada e protegida. Esse ambiente deve promover o desenvolvimento da autonomia, do autocuidado e da confiança nos vínculos afetivos.

Assim, conforme aponta o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2013), a prevenção eficaz deve se articular em múltiplos níveis, combinando ações educativas, suporte psicossocial, políticas públicas e legislação protetiva. A escola tem papel central nessa rede, mas precisa estar integrada a um projeto maior de sociedade que reconheça as crianças como sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos materiais educativos e a reflexão sobre os pressupostos teóricos da educação sexual infantil indicam que essa prática é uma das principais formas de proteção contra o abuso. Quando bem fundamentada, acessível e inclusiva, a educação sexual promove o desenvolvimento integral da criança, fortalece sua capacidade de se posicionar diante de situações de risco e constrói uma cultura de respeito e proteção.



Os dados sugerem que a efetividade dessa abordagem depende tanto da qualidade dos materiais quanto do preparo dos adultos envolvidos no processo educativo. O investimento em formação docente, a inclusão das famílias nas discussões e o uso de recursos didáticos sensíveis à diversidade são caminhos fundamentais para o fortalecimento dessa política de cuidado.

Por fim, defender a educação sexual como ferramenta de prevenção é reafirmar o direito da criança ao conhecimento, à proteção e à dignidade. Em verdade, é garantir que nenhuma infância seja deixada à margem da informação e do cuidado.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. K. B.; GOMES, W. S.; VILLACORTA, J. A. M. **Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. Saúde em debate**, Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 5, P. 208-220, dez. 2022
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. **História da educação sexual no brasil: Apontamentos Para Reflexão. Rev. bras. sex. hum** [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 15 nov. 2023
- GUSMÃO, V.; SCHIAVO, M. R.; JURBERG, P. **A educação sexual e a proteção contra o abuso. Rev. bras. sex. hum**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2003. DOI: 10.35919/rbsh.v14i2.532. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/532. Acesso em: 11 nov. 2023.
- MENDES, M. C. F.; MOURA, A. A. de; ARAGÃO, M. da P. A. **A prática de professores da educação infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças. Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp3, p. 1900–1914, 2020. DOI: 10.22633/rpg.24 sp3.14468. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14468>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- MONEY, J., TUCKER, P. **Os papéis seruais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SILVA, J. R. da. **A ação docente na prevenção ao abuso sexual infantil. Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 973–986, 2018. DOI: 10.30681/eps.v9i3.10118. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/eps/article/view/10118>. Acesso em: 14 nov. 2023.



SIQUEIRA, T. C. B.; TRABUCO, P. M. **Educação Sexual no Desenvolvimento Infantil.** **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 2, p. 297–318, 2014. DOI: 10.18224/educ.v16i2.3093. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3093>. Acesso em: 16 nov. 2023

RIBEIRO, M.; REIS, W. **Educação sexual:** o trabalho com crianças e adolescentes. **Rev. bras. sex. hum**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2007. DOI: 10.35919/rbsh.v18i2.389. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/389. Acesso em: 15 nov. 2023.